Jefferson Messias

VISUAL LAW

Pense em como seria utilizar recursos visuais como fluxogramas, ilustrações, imagens e ícones em decisões judiciais, mandados ou petições para facilitar a compreensão de termos jurídicos e tornar a comunicação mais objetiva e acessível. Essa é a proposta do *Visual Law*, conceito que visa melhorar a prestação do serviço jurisdicional por meio do aprimoramento e simplificação da comunicação para o destinatário final.

O *Visual Law* deriva de outro recurso do design adotado pelo Direito, o *Legal Design*, que nada mais é do que a aplicação das técnicas do *design thinking* ao mundo jurídico. "O *Legal Design* é uma metodologia em que você coloca o usuário do serviço jurídico no centro, ou seja, você pensa sempre na melhoria do serviço pela perspectiva do usuário. O *Visual Law* é um dos ramos do *Legal Design* em que o foco é dado na eficiência da comunicação", explica o juiz federal Caio Moysés de Lima, coordenador da Inovação na JFSP.

Nos últimos dois anos, a aplicação de elementos gráficos no mundo jurídico tem ganhado força entre advogados, juízes, desembargadores, procuradores e demais operadores do Direito no Brasil. Contudo, o *Visual Law* não está focado apenas na parte estética e visual do documento, a maneira como o conteúdo é apresentado também é importante.

"Dentro do *Visual Law* existe algo que chamamos de linguagem simples, ou seja, não adianta melhorar a apresentação visual dos seus documentos se a linguagem continua sendo complexa. É preciso mudar também o conteúdo sem perder a qualidade. Esse é um grande desafio, mas é justamente aí que entram as técnicas de design, pois elas reconstroem o problema da comunicação do zero para que seja melhor compreendido e resolvido", pontua Caio Moysés.

No Judiciário, o *Visual Law* pode ser aplicado a todo documento que é utilizado para comunicação com as partes ou com outros atores do processo. Por exemplo, na elaboração de mandados de citação/intimação para que se possa identificar as informações de forma clara e precisa; ofícios, petições e comunicados mais objetivos e visualmente simples de compreender; sentenças e acórdãos com linguagem mais acessível; relatórios e inquéritos policiais de operações complexas mais fáceis de serem analisados pelos magistrados, entre outros.

Na Justiça Federal da 3ª Região há um projeto em andamento para disseminar o conhecimento do *Visual Law*. "Contratamos um curso que será feito com duas turmas, nos meses de junho e outubro. A ideia é passar os conceitos fundamentais de *Visual Law* e também desenvolver projetos para melhor compreender o assunto. Em cada uma dessas turmas haverá dois projetos práticos de interesse imediato da Justiça. É um curso que envolve teoria, mas vamos aprender sobre o *Visual Law* na prática", destaca o juiz coordenador da Inovação.

Caio Moysés também afirma que esse curso, realizado em parceria com a Escola de Magistrados da 3ª Região (EMAG), ocorrerá em conjunto com outro curso de redação de ementas. "Esse é um complemento importante e, por isso, vamos incluir nesse pacote

de aprimoramento da comunicação um curso de redação de ementas jurisprudenciais para melhorar a forma como redigimos nossas decisões". Há também planos para a contratação, neste ano, de um curso de linguagem simples em parceria com a EMAG.

O magistrado ressalta que todas essas iniciativas poderão, ainda, contribuir para um projeto da Corregedoria Regional da 3ª Região nas atividades dos oficiais de Justiça. Uma das ideias é aproveitar esses conceitos para melhorar a forma de apresentação dos mandados judiciais, desde a linguagem usada até os aspectos visuais do documento. ■

Legal Design

O *Legal Design* surgiu há alguns anos e uma de suas maiores expositoras é a professora Margaret Hagan, do Legal Design Lab da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Ela passou o observar a forma de pensar dos designers na resolução de problemas complexos e fez a conexão com a área jurídica. Percebeu como a ligação entre Direito, Design e Tecnologia poderia promover a construção de soluções inovadoras para prestar um serviço jurídico com foco no ser humano.